

Delfim propõe usar reservas cambiais para melhorar estradas

*Itamar Franco
recebe sugestão
com simpatia*

BRASÍLIA — O Governo poderá usar as reservas cambiais do país para financiar investimentos prioritários, como a recuperação de estradas. A proposta conta com a simpatia do presidente Itamar Franco e foi levada ao Palácio do Planalto pelo deputado e ex-ministro Delfim Netto (PDS-SP), que, durante audiência com o presidente, debateu a política econômica com o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, o consultor-geral da República, José de Castro e integrantes da equipe econômica.

O uso das reservas foi discutido após uma pergunta de Itamar a Delfim. Itamar, segundo um de seus assessores, já pediu várias vezes à equipe econômica que avaliasse a possibilidade de usar as reservas cambiais, em torno dos US\$ 22 bilhões, para despesas prioritárias. Mas recebeu a resposta de que a proposta seria inviável.

Segundo um interlocutor do presidente, Itamar já sabia que Delfim defenderia o uso de reservas, e o



Glauco Dettmar

Ao lado de Delfim Netto (ao centro), Itamar se reúne com ministros

chamou para que sustentasse com argumentos técnicos seu desejo.

— O presidente foi genial. Como não queria dar uma ordem, chamou o Delfim, que encostou a equipe econômica na parede — descreveu o amigo de Itamar.

Durante o debate que se seguiu, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fernando Holanda, admitiu:

— É uma proposta possível, mas exige cuidado.

— Vão ter de me explicar isso direitinho — reagiu Itamar.

Para Delfim, o ajuste fiscal proposto pelo Governo é desnecessário, e poderia ser substituído por basicamente três medidas: combate à sonegação, o uso das reservas — que, na sua opinião, foram acumuladas em excesso, com efeitos inflacionários — e a redução das taxas de juros.

Para o ex-ministro, a melhor for-

ma de reduzir os juros à metade dos níveis praticados atualmente seria o lançamento de títulos com correção monetária pós-fixada. Sem a incerteza sobre a remuneração dos títulos, que teriam garantida uma taxa de juros acima da inflação, seria possível reduzir os juros à metade, economizando despesas para o Governo. Além do custo dos juros, o Governo paga Imposto de Renda sobre os títulos do Tesouro na carteira do Banco Central, e tem de repartir esse imposto com estados e municípios.

Ao final do encontro, o ministro Haddad limitou-se a divulgar uma nota de quatro linhas, na qual diz que houve um “saúdavel confronto de pontos de vista”. Delfim, a pedido da assessoria do Planalto, ditou uma nota de 17 linhas, na qual se diz “muito satisfeito com as discussões” e reafirma sua opinião de que o Governo tem condições de obter um superávit nas suas contas, mesmo levando-se em conta o efeito dos juros. O que Delfim não diz na nota é que ele considera desnecessário o ajuste fiscal, e disse isso ao presidente.

Delfim falou cerca de 40 minutos e depois houve um debate informal. O presidente Itamar Franco fez perguntas principalmente sobre uso das reservas, taxas de juros e ajuste fiscal.